



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 123.3.55.O

DATA: 17/05/17

TURNO: Noturno

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 18h43min

TÉRMINO: 19h54min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 123ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de maio de 2017.

Presidência do Sr.:

Rodrigo Maia, Presidente.

ÀS 18 HORAS E 43 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 468 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Alguém vai pedir novo painel?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Novo painel.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Novo painel.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já há um entendimento para votarmos a Medida Provisória nº 759, de 2016. Eu pediria a V.Exa. que nós votássemos a Medida Provisória nº 755, de 2016, que já conta com dez destaques, e que pudéssemos votar duas ou três medidas provisórias ainda hoje. Já foi feito um entendimento.

Faço um apelo à bancada do PSDB no sentido de que venha ao plenário marcar presença, porque é novo painel



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa., se possível, um esclarecimento ao Plenário. Há muitas listas correndo por aqui sobre a tal da reforma política, e eu acho que, mais uma vez, não vai acontecer nada.

Eu, por exemplo, sou a favor apenas do fim da coligação proporcional e da cláusula de barreira. Se nós fizermos isso, já será um avanço. A minha pergunta é em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 282: quando V.Exa. pretende trazê-la ao Plenário? Nós temos até 5 de outubro para discuti-la, e ela tem que ir para o Senado Federal ainda.

Eu quero saber o posicionamento de V.Exa. em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A PEC que veio do Senado?

O SR. SILVIO COSTA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A minha expectativa é que ela seja votada a partir da décima primeira sessão do prazo regimental. São 11 sessões para apresentação de emendas, a partir daí, o nosso compromisso será, a partir da décima segunda sessão, votá-la na Comissão, e estará pronta para vir ao Plenário.

Eu dependo regimentalmente disso.

O SR. SILVIO COSTA - Como V.Exa. tem esse controle, qual é a expectativa? Será no final de junho?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fazendo as contas, são três sessões por semana, então, serão quatro semanas. Na quinta semana, poderá vir ao Plenário.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui comentar sobre a Medida Provisória nº 759, de 2016, e dizer que uma das grandes mudanças que ela propõe é estender o Terra Legal, que era só para a Amazônia, para o Brasil inteiro.

Até aí, tudo bem, porque eu sei que há terras públicas para o Terra Legal regularizar na Bahia, no Espírito Santo, em São Paulo. Mas há uma proposta de aumentar-se o tamanho do módulo, que hoje na Amazônia vai até 1.500 hectares, para 2.500 hectares. E querem estender o tamanho desse módulo para o Brasil inteiro!

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma coisa é o módulo rural na Amazônia, outra coisa é ele em São Paulo, no Espírito Santo, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul. Como nós vamos aprovar um módulo, que é de até 1.500 hectares para a Amazônia, agora de até 2.500 hectares para o território nacional? Aqui nós estamos falando de concessão e documentação de terras públicas não destinadas, ou seja, em poder da União.

Portanto, nós não podemos concordar com isso. Eu não concordo com isso. Penso que o Terra Legal pode ser nacional. Até aí, não há nenhum problema.

Como igualar o módulo do Norte ao Sul, desde Roraima até um Município do Rio Grande do Sul? Como é que nós vamos ter um módulo rural de 2.500 hectares em um Estado como Espírito Santo ou Santa Catarina? Lá uma propriedade de 100 alqueires, como se chama aqui “alqueires”...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Davidson Magalhães tem a palavra.

Depois, falará o Deputado Lucio Mosquini.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria registrar a presença do Prefeito Municipal de Ilhéus, Mário Alexandre, que está aqui presente na Marcha dos Prefeitos. Quero dar um abraço ao Mário Alexandre e a todo o povo de Ilhéus, inclusive ao companheiro Beбето.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Lucio Mosquini tem a palavra.

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós reunimos por 8 vezes a nossa Comissão da Medida Provisória nº 759. Estamos já há 3 semanas construindo um acordo. Nós conseguimos chegar à proximidade de um acordo. Eu quero convidar todos os Parlamentares para que venham registrar presença, a fim de que possamos votar a MP da paz no campo, que é a MP 759.

Nós ficamos aqui ontem até a madrugada por conta de obstruções legítimas. Entretanto, conseguimos construir um acordo. Eu quero, mais uma vez, parabenizar o Deputado Afonso Florence por ter ajudado a construir esse acordo, mas nós precisamos de presença no plenário.

Eu faço um apelo ao nosso Presidente para que votemos hoje a MP 759, para que ela possa tratar de todos os problemas que há de regularização fundiária. Nós precisamos, Sr. Presidente, votar hoje, para que ela não atinja o princípio da caducidade.

Então, eu quero convocar todos os Parlamentares para que venham ao plenário e pedir ao Presidente que pautar a MP 759.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença do Prefeito de Campo Alegre de Lourdes, Enilson, que está acompanhando a Marcha dos Prefeitos aqui em Brasília para buscar questões de interesse no Município, inclusive a adutora que levará água para a cidade e a BR-235, que levará bem-estar, desenvolvimento e progresso para aquele Município, ligando Remanso a Campo Alegre de Lourdes.

Portanto, Prefeito Enilson, seja bem-vindo a Brasília.

Que a marcha possa ter muito mais êxito do que apenas o parcelamento das dívidas do INSS.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido meu pronunciamento sobre o novo REFIS — Programa de Recuperação Fiscal, o balcão de negócio das reformas, mostrando quanto custa a destruição de direitos no nosso País — somente para os ruralistas o Governo negocia, segundo noticiado pela imprensa, isenção de 10 bilhões de reais em dívidas do setor com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — FUNRURAL.

Os bilhões disponibilizados no balcão de negócios da reforma da Previdência são a prova cabal de que a questão de fundo nunca foi o suposto déficit da Previdência. O real objetivo da reforma é promover o negócio das empresas e das instituições financeiras, dos bancos, que estão interessados na privatização da Previdência.

E falando nesse Programa de Regularização Tributária — PRT, que alcança também Deputados devedores, pelo projeto, que virou um projeto de lei de conversão, 23 bilhões de reais sairão dos cofres públicos para serem pagos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE - Eu acho que está ficando claro para toda a sociedade brasileira que a reforma da previdência, com a isenção das dívidas tributárias e outras compensações, não passa de uma afirmação: o Governo golpista de Temer quer que o povo pague a conta da crise. Esse balcão de negócios, essa compra de votos que está em cada ação governamental, em cada negociação, inclusive com os Municípios...



Uma dívida com o Instituto Nacional do Seguro Social — INSS de 75 bilhões de reais será reduzida em 40%. Esse dinheiro todo podia estar sendo utilizado para pagar as aposentadorias dos trabalhadores. A reforma da Previdência é para dar uma satisfação ao mercado financeiro do nosso País.

Não à reforma da Previdência!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é vergonhosa a postura do Governo golpista de Michel Temer e de sua base aliada no Congresso de negociar vantagens financeiras em troca de votos para aprovação da malfadada “reforma” da Previdência.

Após verem a proposta rejeitada nas ruas pela ampla maioria dos brasileiros, partiram agora para um verdadeiro toma lá, dá cá que poderá custar bilhões aos cofres públicos, numa completa desmoralização do discurso oficial de que “é preciso cortar gastos” e garantir o “equilíbrio fiscal”.

Somente para os ruralistas, o Governo negocia, segundo noticiado pela imprensa, isenção de R\$ 10 bilhões de dívidas do setor com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — FUNRURAL.

Além disso, através do Programa de Regularização Tributária — PRT, conhecido como novo REFIS — Programa de Recuperação Fiscal, o Governo e sua base no Congresso pretendem também conceder isenções bilionárias às empresas devedoras do Fisco. A Receita Federal calcula que a perda para o Tesouro será da ordem de R\$ 23 bilhões. Segundo a proposta da Comissão que debateu o tema, os



devedores poderiam parcelar suas dívidas em até 10 anos, mediante o pagamento de 20% do principal, com descontos de até 90% nas multas.

Os bilhões disponibilizados no balcão de negócios da “reforma” da Previdência são a prova cabal de que a questão de fundo não é, e nunca foi, reduzir o suposto “déficit” da Previdência. O real objetivo dessa "reforma" é promover os negócios das empresas e instituições financeiras — bancos — que lucram com a previdência privada no País. Para isso querem acabar com a previdência pública, impedindo pura e simplesmente que a maioria do povo se aposente, numa tentativa de forçar a adesão aos planos de previdência privada.

O Governo quer fazer com a Previdência o mesmo que já faz com o Sistema Único de Saúde — SUS: reduzir o alcance do Sistema para forçar a migração de milhões de brasileiros para os planos privados de saúde, acostumados a extorquir usuários por meio de planos que oferecem baixa cobertura e péssimo atendimento.

A negociação de verbas parlamentares, isenção de dívidas tributárias e outras compensações para aprovação da "reforma" da Previdência no Congresso é escandalosa e ao mesmo tempo reveladora do *modus operandi* do Governo Temer: um Governo corrupto, sem legitimidade e adepto do mais absurdo fisiologismo parlamentar, em que as medidas contra o povo são votadas a peso de ouro. O Presidente, sem votos e sem popularidade, sabe que só continua no poder enquanto entregar aos poderosos o que eles querem, e insiste em fazer com que a população pague a conta.

Em momentos anteriores, a mídia nativa chamaria isso de corrupção e compra de voto, mas agora, como se trata de aprovar medidas que contemplam



seus anunciantes e sócios no mercado financeiro e no meio empresarial, a operação é tratada como se fosse algo normal. A parcialidade é escandalosa.

O perdão de dívidas bilionárias de Parlamentares empresários e seus doadores de campanha enquanto votam "reformas" impopulares reflete a composição elitista deste Congresso, eleito em sua maioria pela força da grana e avesso aos interesses do povo.

Atualmente, 42,2% dos Parlamentares são empresários e fazendeiros, somando quase o dobro dos 22,9% de Parlamentares com origem no trabalho assalariado — servidores, professores, policiais, etc. Outros 28,5% são profissionais liberais — advogados, médicos e engenheiros —; 4,9% são diversos — bispos, atletas, cantores — e somente 1,5% é agricultor. Os dados são do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — DIAP, publicados em *Radiografia do Novo Congresso*.

Tal composição é o que explica que a maioria desses Parlamentares legisle contra os interesses do povo. Mas o balcão de negócios montado pelo Governo e sua base aliada é apenas mais um ingrediente para aumentar a revolta popular contra a retirada de direitos. Mais cedo ou mais tarde, os traidores do povo pagarão em dobro.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, sobre o destaque...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu quero saber o seguinte: a MP 760 vai entrar no acordo feito entre V.Exa. e a Deputada Erika Kokay?

O SR. ALBERTO FRAGA - A Deputada Erika Kokay será minha Secretária de Segurança Pública. Já está feito o acordo. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pronto! Agora, está tudo resolvido.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

O Deputado Alberto Fraga não consegue falar porque ficou muito emocionado.

O SR. JÚLIO DELGADO - Essa fala do Fraga me emocionou.

O SR. ANDRES SANCHEZ - Deputado Fraga, V.Exa. vai à Comissão de Ética por mentir.

O SR. JÚLIO DELGADO - Sensibilizado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputados, vamos convocar os demais Deputados, para que possamos...

Deixem-me organizar o dia de hoje, o de amanhã e o de terça-feira.

Nossa intenção é, por acordo, votar a MP 755, que estamos votando; a MP 759, sobre a qual já se fechou acordo; e a MP 760, sobre a qual há o acordo de hoje do Deputado Fraga com a Deputada Erika Kokay.

Amanhã serão apreciadas matérias sobre as quais há acordo — painel de manhã — e votações de acordos internacionais.



Terça-feira, vou estar aqui às 16 horas, espero presença até as 16h30min, e nós vamos começar com a Ordem do Dia, com pauta única: convalidação dos incentivos fiscais. Depois, votaremos as medidas provisórias, para que possamos acabar a sessão às 21h30min, 22 horas.



O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que nós estamos discutindo agora é a MP 755?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sim.

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, eu fiz um destaque. Pedi ao Governo compreensão. Esse destaque trata do § 5º. Nós não podemos concordar que os temporários das Forças Armadas ingressem na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros sem concurso público. É temerário esse tipo de atitude. Nós esperamos que o Governo se sensibilize com esse nosso pedido e retire o § 5º da MP 755.

Infelizmente, estou com a voz rouca. Foi de tanto gritar ontem aqui à noite. Isso é coisa do PT!

Eu já falei com o Líder do Governo.



A SRA. ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. tem a palavra, Deputada Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PPS-MA. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu estou apresentando questão de ordem baseada no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, e, no art. 35, *caput*, combinado com o art. 95 do Regimento Interno, para questionar o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da FUNAI e do INCRA 2, que foi aprovado na última semana.

Passo ler a questão de ordem:

Inicialmente, é necessário salientar que os requisitos essenciais para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito são: requerimento de pelo menos um terço da Casa Legislativa que irá investigar o fato, que é o requisito formal; existência de fato determinado, que é o requisito substancial; e prazo certo para funcionamento, que é o requisito temporal.

O conceito de fato determinado está previsto no art. 35, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, como *“acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País”*.

Dispõem claramente o texto constitucional e as normas regimentais da Casa que o requerimento de criação de uma Comissão de Inquérito deve delinear claramente os fatos que serão objeto de apuração.

O fato determinado configura-se como fato concreto e individualizado, não podendo atacar questões genéricas, como corrupção, responsabilidade governamental, política, econômica etc. Segundo Pontes de Miranda, as crises em



abstrato não podem servir de fundamento para início de inquérito, pois a investigação *in abstrato* sobre as causas e consequências de determinada crise pertence a outras Comissões.

No entanto, observamos que os autores do requerimento utilizam fundamentos extremamente genéricos para a investigação, que vão desde a estrutura da FUNAI e do INCRA até a questão da soberania nacional (relacionada com a demarcação de terras), *in verbis*:

FUNAI: 1. Estrutura e funcionamento da FUNAI; 2. Conflitos referentes à demarcação de terras indígenas; 3. Assistência à saúde indígena; 4. Sustentabilidade das comunidades indígenas; 5. Fraudes nas demarcações e desvio de recursos públicos; 6. Soberania nacional e segurança pública em terras indígenas na faixa de fronteira: tráfico, terrorismo, guerrilha etc.; II - INCRA: 1. Estrutura e funcionamento do INCRA; 2. Conflitos fundiários; 3. Venda irregular de lotes destinados à reforma agrária e indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas da União; 4. Desvio de recursos destinados à assistência técnica nos assentamentos; 5. Desmatamentos ilegais, sustentabilidade e produtividade dos assentamentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Têm a palavra os Deputados Júlio Delgado e Simão Sessim, por 1 minuto.



O SR. JÚLIO DELGADO - Quero só fazer um registro, Sr. Presidente, enquanto celebram o acordo para votação das medidas provisórias.

A SRA. ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu preciso finalizar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Termine, então, Deputada.

A SRA. ELIZIANE GAMA - Quero só finalizar a questão de ordem.

Os autores listam conflitos existentes em seis Estados da Federação — Rio Grande do Sul, Bahia, Pará, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul — e discorrem sobre inúmeras comunidades indígenas nessas regiões.

A ampla área descrita para investigação da CPI reforça a ausência de fato determinado, uma vez que o que se procura investigar não é determinado conflito ou irregularidade, mas as áreas do País que são conflituosas e são de interesse dos grandes latifundiários, representados pelos autores do requerimento.

Ciente da intenção dos autores de fazer uso da prerrogativa de investigação deste Parlamento para coagir e fazer valer seus interesses frente às comunidades indígenas dessas regiões, não nos espanta que o relatório haja concluído pelo indiciamento de procuradores federais, antropólogos e dirigentes de comunidades que atuam em defesa dos indígenas.

Além disso, desde a instauração da primeira CPI sobre tema, em 2015, os trabalhos da Comissão sempre foram direcionados ao atendimento de diligências, à inquirição de testemunhas e à requisição de documentos que atendessem aos interesses dos Parlamentares que dirigiam a Comissão.

Apenas a título de exemplo, a par de mais de 1 ano de trabalho na Comissão, inúmeros requerimentos do Deputado Arnaldo Jordy que, como os outros, seriam



importantes para a elucidação dos fatos investigados, nem sequer foram deliberados.

Em sua maioria, os requerimentos de convocações e de requisição de documentos que não foram convenientes aos interesses preestabelecidos pela CPI não chegaram a ser objetos de deliberação pelo colegiado. Como ilustração, requerimentos de quebra de sigilo de entidades de defesa dos indígenas, como ABA — Associação Brasileira de Antropologia, ISA — Instituto Socioambiental, CIMI — Conselho Indigenista Missionário e CTI — Centro de Trabalho Indigenista, foram pautados e aprovados.

Cumpra também mencionar que, em muitas situações, as diligências realizadas em diversos Estados não foram comunicadas com antecedência aos Parlamentares. Diante disso, muitos Parlamentares não puderam comparecer a tais diligências, fato que cerceou a atuação Parlamentar na Comissão Parlamentar de Inquérito e prejudicou o necessário direito à defesa dos investigados.

Diante da inobservância de disposições constitucionais para a criação da CPI e do desrespeito ao devido processo legislativo assegurado aos Parlamentares membros, solicitamos a anulação do relatório final aprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da FUNAI e do INCRA 2, em 17 de maio de 2017.

Esta é a questão de ordem, Sr. Presidente.

Aguardo o retorno da Presidência.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço desculpas à Deputada Eliziane Gama, que estava fazendo uma questão de ordem, e já digo a S.Exa. que subscrevo essa questão de ordem encaminhada à Mesa.

Sr. Presidente, enquanto aguardamos o quórum para que possamos votar as medidas provisórias e esse acordo celebrado, quero lembrar que solicitei a V.Exa. ontem, assim como conversei com outros Deputados, uma discussão sobre o Código da Mineração.

Estamos numa discussão muito grande em Minas Gerais. No Município de Santa Bárbara, o Prefeito Leris Braga conseguiu resistir à reabertura do fornecimento de água captada na cidade para o retorno das atividades da Samarco. Enquanto está com suas atividades paralisadas, a empresa está querendo captar a água do Município de Santa Bárbara, uma quantidade da ordem de uma cidade de 300 mil pessoas!

Portanto, quero deixar registrada aqui a nossa preocupação, que começa lá por onde a captação de água é feita. Uma mineradora que está sendo responsabilizada quer voltar, retomar suas atividades. Isso vai repercutir em toda a cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerre, Deputado. Há um Líder inscrito.

O SR. JÚLIO DELGADO - Do Vale do Rio Doce, vai passar pelo leste de Minas Gerais, entrando no Espírito Santo, até o litoral. É uma grande preocupação



em relação a uma grande região brasileira, manifestada por iniciativa do Prefeito Leris Braga, do Município de Santa Bárbara, em Minas Gerais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço ao Deputado Simão Sessim.



O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um registro.

Com a alegria de ter V.Exa. na Presidência, registro, com satisfação, a presença em nosso plenário do Prefeito de Nilópolis, o meu primo Farid Abrão, que veio aqui lhe dar um abraço. Se V.Exa. permitir, nós chegaremos até a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com certeza. Será uma honra.

O SR. SIMÃO SESSIM - O Prefeito Farid está acompanhado do seu Secretário de Saúde, Dr. Kiraz. Eles estão aqui e vão visitar as várias dependências da Casa, com a sua autorização, Sr. Presidente.

Podemos subir aí para lhe dar um abraço?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com certeza. É uma honra receber o Prefeito Farid aqui no plenário da Câmara.

O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, outra alegria é que o Senado começou a votar o projeto de recuperação fiscal dos Estados, um PLP cuja apreciação V.Exa. conduziu com maestria e que já está lá. Acredito que nesta semana vamos ter boas notícias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado Simão.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Laerte Bessa, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a grande preocupação, hoje, do brasileiro é a segurança pública. O caos na segurança pública é o que mais aflige o cidadão, mesmo porque as polícias do nosso País estão totalmente desarmadas, estão desestruturadas, pedindo socorro para que possam trabalhar.

Isso não é surpresa para mim, que, ao longo de minha vida policial — sendo Delegado de Polícia, passei quase 30 anos à frente da Polícia Civil de Brasília —, pude observar o aumento da criminalidade e, automaticamente, da impunidade que imperou em toda a segurança do nosso País, principalmente no que diz respeito a ações criminosas praticadas por menores infratores.

Estou certo de que para solucionar essa questão é necessário pulso firme, não só da polícia, mas também da Justiça e da própria sociedade. É inaceitável que a polícia faça o seu serviço, investigue, prenda, para, em seguida, graças a uma série de brechas legais, a Justiça devolver aquele indivíduo infrator às ruas e ele ameaçar o cidadão de bem.

Bom exemplo dessa leniência é observado no trato dos menores infratores, envolvidos em furtos, roubos, sequestros, estupros e até assassinatos. Apesar da gravidade desses delitos, o máximo que pode acontecer a eles é passarem um bom tempo internados para a sua ressocialização.

Mas nós sabemos muito bem que muito poucos conseguem se recuperar. A maioria não se emenda, isso é claro. Passam pouco tempo lá dentro e voltam a



delinquir, sem o ajuste da segurança pública, sem a intervenção do Estado, ficando o povo à mercê desses delinquentes, principalmente desses menores, que, infelizmente, são irrecuperáveis. Não falo do menor que pratica delito de pequeno potencial ofensivo; eu falo do menor que pratica crime com violência.

Com base nas estatísticas policiais, estimo que, hoje, em cada três crimes violentos, em um exista a participação de um menor de idade.

No final de semana passado, infelizmente, tive mais uma evidência da triste realidade dessa estimativa. Dois menores com passagens pela Polícia assassinaram o Cabo da Polícia Militar do Distrito Federal Luciano Pereira e uma funcionária de uma panificadora localizada na cidade de Aparecida de Goiânia. Isso aconteceu durante um assalto em que esses menores tentavam tomar do policial a sua motocicleta.

O Cabo Luciano estava na Corporação havia 14 anos e pertencia ao grupo Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas — ROTAM, o melhor grupo da Polícia Militar do Distrito Federal, que simplesmente atua 24 horas em prol da segurança da comunidade do Distrito Federal.

Sua morte precoce, pois ele tinha apenas 39 anos, representa uma grande perda para todos os que se beneficiavam do seu convívio, como familiares, policiais, menores que eram atendidos por ele, num trabalho fraternal que ele fazia durante a sua folga — além de ser um excelente policial, ele cumpria uma atividade social, que era ensinar menores a jogar capoeira e dar atendimento para a sua recuperação.

Expresso o meu pesar e a minha solidariedade à sua viúva, às suas duas filhas pequenas, aos demais parentes e aos amigos. Acredito que a melhor maneira



de prestar homenagem à sua memória é reafirmar o compromisso de buscar alternativas para que não aconteçam mais essas ocorrências.

Nesse sentido, aqui na Câmara dos Deputados, tenho procurado contribuir, com a minha experiência profissional, para aprimorar a legislação relacionada à segurança pública. Tive a oportunidade de relatar a Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993, conhecida como a PEC da Redução da Maioridade Penal.

Por isso, venho aqui implorar que o meu relatório, que foi para o Senado Federal, seja votado o mais rapidamente possível, para que a exigência de redução da maioridade penal, do povo brasileiro e de quase 81% das famílias brasileiras, seja atendida.

Dessa forma, eu peço que o Relator, o nosso amigo Senador Ricardo Ferraço, imediatamente coloque em pauta essa matéria, o que é uma exigência não só do povo brasileiro, mas é também uma exigência da família brasileira.

Nós não podemos passar o que passamos hoje nas mãos de menores infratores. Infelizmente, não se dá educação para impedir que eles venham a delinquir. Nós não temos o ensino integral no Brasil. Vários gestores brasileiros já prometeram o ensino integral, mas nunca o implantaram. O menor, hoje, não tem estudo e vai para a delinquência, infelizmente. O povo brasileiro não merece conviver com esses marginais que, infelizmente, são irrecuperáveis.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerre, Deputado.

O SR. LAERTE BESSA - Vou encerrar, Sr. Presidente.



Eu só digo que não sou contra o menor infrator que pratica o crime de menor potencial ofensivo; sou contra o infrator que comete crime bárbaro, crime de alta periculosidade, crime que afeta a comunidade brasileira.

Nós não podemos aceitar que esse menor, apesar de não ter presídio para ele, conviva com a sociedade. A família brasileira não tem culpa de não existir presídio para o menor ficar. Que se aumente, então, o número de cadeias no sistema penitenciário, pois o povo brasileiro não merece conviver com esses menores infratores que todos os dias estão cometendo crimes graves.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já há algum tempo, a falta de segurança vem sendo uma das maiores preocupações relatadas pela população brasileira em qualquer pesquisa de opinião pública.

Isso não é surpresa para mim, que, ao longo de quase 30 anos de trabalho como Delegado de Polícia do Distrito Federal, acumulei considerável experiência no enfrentamento do crime e pude observar que a crescente sensação de insegurança experimentada pelos cidadãos de bem relaciona-se com a sensação de impunidade, cada vez mais difundida e capaz de encorajar a ação dos criminosos.

Estou certo de que, para solucionar essa questão, é necessário pulso firme não só da polícia, mas também da Justiça e da própria sociedade. É inaceitável que a polícia faça o seu serviço, investigue e prenda, para, em seguida, graças a uma série de brechas legais, a Justiça acabar devolvendo para as ruas indivíduos que constituem ameaça às pessoas de bem.



Bom exemplo dessa leniência é observado no trato dos menores infratores, envolvidos em furtos, roubos, sequestros, estupros e até assassinatos. Apesar da gravidade desses delitos, o máximo que pode acontecer a eles é passar pelo sistema de ressocialização. Mas a maioria não se emenda e, em pouco tempo, estará livre para praticar atos semelhantes. Afinal, a punição é leve mesmo: é quase um estímulo à delinquência.

Com base nas estatísticas policiais, estimo que, hoje, um em cada três crimes violentos tenha a participação de algum menor de idade.

No final de semana passado, infelizmente, tive mais uma evidência da triste realidade dessa estimativa. Dois menores com passagens pela polícia assassinaram o Cabo da PMDF Luciano Pereira e uma funcionária da padaria onde ele havia parado para fazer um lanche, em Aparecida de Goiânia, durante uma tentativa de assalto. Os menores provavelmente tinham a intenção de roubar-lhe a motocicleta.

O Cabo Luciano estava na corporação havia 14 anos e fazia parte de um grupo de elite da PM, as Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas — ROTAM. Era um policial admirado por seus colegas e era um homem de paz. Praticava a capoeira, da qual era mestre, e, em Sobradinho, trabalhava como voluntário para ensinar essa técnica, inclusive para crianças e adolescentes com paralisia e autismo.

Sua morte precoce, pois ele tinha apenas 39 anos, representa uma grande perda para todos os que se beneficiavam do seu convívio: familiares, policiais, menores por ele atendidos, integrantes do Grupo União na Capoeira, de Sobradinho.

Expresso o meu pesar e a minha solidariedade à sua viúva, às suas duas filhas pequenas, aos demais parentes e amigos. Acredito que a melhor maneira de



prestar homenagem à sua memória é reafirmar o compromisso de buscar alternativas para evitar que ocorrências desse tipo se repitam.

Nesse sentido, aqui na Câmara dos Deputados, tenho procurado contribuir com a minha experiência profissional para aprimorar a legislação relacionada à área de segurança pública. Uma de minhas prioridades é impedir que crianças e adolescentes continuem sendo usados por quadrilhas, justamente em função da permissividade da lei.

Tive a oportunidade de relatar a Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993, conhecida como PEC da Redução da Maioridade Penal, destinada a alterar o art. 228 da Constituição Federal. A redação proposta por mim admite a imputabilidade de maiores de 16 nos casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

Meu relatório foi aprovado aqui na Câmara dos Deputados em julho de 2015, e a PEC seguiu para o Senado Federal, onde se encontra parada até hoje. Já está na hora de darmos uma resposta à sociedade, que nos cobra maior agilidade na aprovação dessa matéria, cuja tramitação vem se arrastando há muito tempo.

Recente pesquisa realizada pelo Instituto Exata de Opinião Pública e publicada pelo *Jornal de Brasília* mostra que 80,1% dos brasilienses concordam com a redução da maioridade penal. E essa proporção não deve ser muito diferente nas demais Unidades da Federação.

O que estamos esperando então? Conclamo os colegas Parlamentares do Senado a se empenharem nessa causa e a atenderem ao clamor popular por maior rigor no trato com os criminosos. A aprovação da PEC 171/93, que, no Senado, recebeu a numeração PEC 115/15, é uma boa forma de demonstrar nosso



compromisso com as pessoas de bem, atualmente acuadas pela ação destemida dos menores infratores.

Nesse sentido, peço a especial atenção do Senador Ricardo Ferraço, Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, para conferir à tramitação da PEC o ritmo desejado pela ampla maioria dos brasileiros.

Chega de impunidade!

Muito obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 123.3.55.O
Data: 17/05/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 272 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 755, DE 2016

(DO PODER EXECUTIVO)

Continuação da votação, em turno único, da Medida Provisória nº 755, de 2016, que altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre a transferência direta de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional aos fundos dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública. Tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação destas e da Emendas de nºs 7, 11, 21, 23, 24, 31, 35, 36, 40, 44 e 45, e pela aprovação parcial das Emendas de nºs 12, 13, 18, 22, 25, 27, 28, 33, 37 e 46, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 6, 8 a 10, 14 a 17, 19, 20, 26, 29, 30, 32, 34, 38, 39 e 41 a 43 (Relator: Senador Ricardo Ferraço e Relator Revisor: Deputado Leonardo Quintão).



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta. (*Pausa.*)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Declaro prejudicado o requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta anterior, porque vou fazer de ofício a votação nominal.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 83, parágrafo único, II, “c”, combinado com art. 117, VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Retirada de Pauta da presente Ordem do Dia da MPV nº 755/2016.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2017.

Deputado Glauber Braga

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga. (*Pausa.*)

O SR. ORLANDO SILVA - Presidente, solicito 1 minuto, depois, para um comunicado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Deputados, Deputadas e todos os que acompanham a sessão neste momento, essa medida provisória tem alguns problemas, e inclusive existe uma ação do PSOL que trata dos problemas existentes nela.

Entre outros há problemas nas alterações que estão sendo propostas ao art. 3º, incisos XVII e XVIII. O inciso XVII fala de políticas de redução da criminalidade para utilização dos recursos do Fundo Penitenciário.

V.Exas. não de convir que política de redução da criminalidade, para que o recurso venha a ser utilizado, pode ser a representação de tudo, quando o foco, teoricamente, seria o Sistema Penitenciário Brasileiro. Esse é o primeiro problema.

O segundo problema, que é também motivo de grande preocupação, é o art. 3º-B, que diz:

Art. 3º-B Fica autorizada a transferência de recursos do FUNPEN à organização da sociedade civil que administre estabelecimento penal (...).

O que é isso? É o processo de privatização das unidades prisionais.

Outros países já seguiram esse caminho, alguns Estados brasileiros já seguiram esse caminho, e o resultado que nós vimos foi a mercantilização da liberdade e da vida e, conseqüentemente, uma ação extremamente prejudicial.



Um dos exemplos brasileiros é o Estado do Amazonas, e V.Exas. viram o resultado do estabelecimento nesse tipo de política.

Nós temos propostas concretas, como, por exemplo, a colocação em votação do Plano Nacional de Educação a ser implementado nas unidades prisionais, com o estabelecimento de metas e objetivos ao longo dos anos. Agora, privatizar o Sistema Penitenciário Nacional ou abrir a possibilidade para que isso aconteça, sem que se tenha foco nos recursos que vão ser disponibilizados não nos parece a melhor alternativa. O contrário disso: nos parece a pior.

Por esse motivo, apresentamos o requerimento de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à orientação de bancadas.

(Pausa.)

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco PP/PTN/PTdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, O PDT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT vota “não”.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota “não”.



O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “não”. O Partido Progressista vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Partido Progressista vota “não”.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, toda a base do Governo vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base do Governo vota “não”.
(Pausa.)

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa medida provisória trouxe modificações na Lei Complementar nº 79, que trata do Fundo Penitenciário Nacional. Ela autorizava a repassar ativos de transferência obrigatória para os Estados, mas, na verdade, houve um desvio de finalidade. Todo o dinheiro que foi passado foi para outras atividades que não o fortalecimento para melhorar as condições carcerárias, que depois resultaram nas grandes rebeliões a que nós assistimos, desde o começo do ano, em nosso País.

Tanto é assim que o PSOL ganhou uma ação por descumprimento de preceito constitucional. E agora está para ser julgada a continuidade disso, porque ele está sendo desviado de função. Agora estão detalhando para onde estão mandando, mas não para as atividades que melhoram as condições penitenciárias.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota “não”, cumprindo o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT vota “não”. (Pausa.)



Como vota o PSOL, Deputado?

O SR. IVAN VALENTE - O PSOL, com todos esses argumentos, vota “sim”, pela retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar pela retirada de pauta, porque realmente está muito vago como serão aplicados esses recursos. Normalmente, quando se fala em Fundo Penitenciário, está-se pensando exatamente em quê? Na situação do sistema penitenciário brasileiro, que já se revelou caótico.

A utilização dos recursos em outras áreas, até de segurança, pode ser discutida, é claro. Porém, esse hábito de se fazer tudo com a relevância e a urgência exigidas pela Constituição para medidas provisórias dificulta o debate — dificulta muito. Há uma imprecisão de como isso será usado: quanto ficará, afinal, para resolver as questões penitenciárias e quanto poderá ir para as outras áreas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. MIRO TEIXEIRA - A Rede vota pela retirada de pauta. Portanto, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vai dizer “não” à retirada de pauta, mas deixando muito claro que nós compreendemos que a delicadeza do sistema penitenciário brasileiro envolveria uma discussão muito maior do que aqui se realizou em relação a esta matéria — que é delicada, com pontos contraditórios, e de cujo mérito temos discordâncias.

Apesar disso, nossa opinião, para não prejudicar o fluxo da sessão, é que não se retire de pauta.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção das Deputadas e dos Deputados e, em particular, dirigir-me a V.Exa., para que V.Exa. possa mediar um diálogo com o Palácio do Planalto e fazer um apelo para que o Presidente Michel Temer sancione a nova Lei de Migração que foi votada aqui no Parlamento.

O projeto foi de autoria do Senador Aloysio Nunes, do PSDB de São Paulo, e passou por um longo processo de debate no Senado, um processo ainda mais longo na Câmara dos Deputados. Aqui, uma Comissão Especial liderada pela Deputada Bruna Furlan construiu um consenso. Nós aprovamos o relatório da Lei de Migração por unanimidade numa Comissão Especial. Aqui no plenário houve apenas um destaque. Apenas um destaque foi apresentado no plenário; nós votamos e aprovamos por ampla maioria; e o Senado manteve o texto que foi aprovado aqui na Câmara dos Deputados.

Por isso, Presidente, eu considero que o Presidente Michel Temer deveria sancionar integralmente o Projeto de Lei de Migração, um projeto que trata migrar como um direito; um projeto que trata como se nacionais fossem os estrangeiros que abraçam o nosso País; um projeto que incorpora os princípios consagrados internacionalmente.

Será um vexame para o Brasil um veto a essa lei, que foi construída democraticamente no Parlamento. A sociedade civil, instituições que trabalham com migrantes, universidades, todos os que participaram do processo ficarão frustrados se houver qualquer veto à lei.



E há uma especulação de que poderia haver 70 vetos à Lei de Migração, inclusive não revogando o Estatuto do Estrangeiro, uma lei antiga, Presidente, uma lei de 1980, completamente superada.

Por isso eu quero fazer um apelo ao Presidente Michel Temer: que sancione essa lei e não ceda a pressões xenófobas, pressões de gente intolerante, que mentem quanto ao conteúdo do projeto que foi votado no Congresso Nacional.

A sanção dessa lei diz respeito à afirmação do Brasil como uma Nação comprometida com os direitos humanos. E o Brasil é o que é graças a séculos de fluxos migratórios que produziram a nossa identidade nacional, produziram o nosso desenvolvimento. E, aliás, o Brasil tem 3 vezes mais gente no mundo do que estrangeiros que vivendo no Brasil. Seria, portanto, a demonstração de tolerância e de compromisso com a paz e com os direitos humanos a sanção dessa lei.

Este é o apelo que eu faço: a sanção integral da Lei de Migração aprovada no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, PSOL modifica a orientação para “obstrução”.

O SR. LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, me permita, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, O PRB mantém o voto “não”.

Em cima da medida provisória, em relação ao FUNPEN, nós não temos nenhum problema. Mas, aproveitando que falamos da questão dos agentes penitenciários, quero dizer que, independentemente de fatos ocorridos aqui,



praticados por alguns que, devido ao *stress* do trabalho e à dificuldade que têm pelo fato de exercerem a segunda profissão de maior risco do mundo, não podem esses profissionais estar fora do art. 144 da Constituição brasileira. Esse cuidado é importante. É importante que a Casa pense e repense nesse contexto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu faço um apelo ao Presidente Michel Temer para que veto integralmente a Lei de Migração. Nós não podemos transformar o Brasil num País sem fronteiras.

Ou seja, quem quiser poderá entrar no Brasil, inclusive respeitando a cultura que traz. Mas há países onde a cultura é a poligamia, a cultura é sexo com meninas a partir de 2 anos de idade, o que é mais grave.

Quem acha que pode dar certo isso, vá para Boa Vista, em Roraima. Veja como está a problemática da invasão de venezuelanos. Nós não podemos transformar o Brasil em terra de ninguém.

Entre outros direitos, eles vão poder se aposentar por idade e fazer curso superior. Em Roraima, por causa da questão venezuelana, as escolas públicas estão praticamente tomadas por filhos de gente que foge da ditadura venezuelana.

Michel Temer, pensando no Brasil e em nome dos nossos direitos humanos, veto integralmente esse projeto de lei!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores é favorável à sanção integral da Lei da Migração.

O Brasil é um País que recebeu os povos de todo o mundo, que aqui convivem pacificamente. Não queiram importar para cá conflitos como o do Oriente Médio, como certas forças políticas brasileiras quiseram fazer.

O Partido dos Trabalhadores, repito, é favorável à sanção integral da Lei da Migração. Nós sempre acolhemos estrangeiros: acolhemos italianos, alemães, os povos do Oriente Médio, japoneses, os povos da América Latina, que aqui convivem pacificamente.

Por isso, nós somos favoráveis à sanção integral desse texto.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é com alegria e esperança que eu anuncio à Câmara dos Deputados que o Senado Federal acabou de aprovar o texto principal do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2017, que é, na verdade, o Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, que nós aprovamos aqui, do qual eu tive a honra de ser o Relator.

O Senado o aprovou o projeto integralmente, sem qualquer alteração. Dentro de alguns minutos, será derrubado o segundo destaque a esse projeto. Assim, ele será aprovado integralmente e não terá que retornar a esta Casa; irá direto à sanção do Presidente da República.

Como Deputado do Rio de Janeiro, e falando também em nome dos Deputados do Rio Grande do Sul e dos Deputados de Minas Gerais, quero



agradecer a todos aqui o apoio para a criação desse instrumento que dá esperança para que os Estados possam sair dessa situação de pré-falência, melhorar a situação e colocar os salários dos servidores em dia.

Muito obrigado.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS vota “não”.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 5;

NÃO: 261.

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução n.º 1, de 2002, do Congresso Nacional.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em virtude da proposta de V.Exa. de votarmos apenas as três MPs, eu retiro minha inscrição, para dar celeridade aos trabalhos.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Nelson Pellegrino acompanhou o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Simão Sessim votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não precisam justificar. Teremos outras votações. Estará automaticamente justificada a anterior.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Delegado Edson Moreira votou com o partido.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PROS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Eros Biondini votou com o partido.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Pastor Eurico votou com o partido.

O SR. WILSON BESERRA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Wilson Beserra votou com o PMDB.



O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Afonso Hamm votou com o Partido Progressista na votação anterior.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - A bancada do PSOL mantém a sua obstrução no dia de hoje, e um dos motivos, que tem conteúdo, que tem relevância política, é a continuidade da CPI FUNAI e INCRA, cuja suspensão eles estabeleceram, mas cujos trabalhos estão ameaçando retomar.

Nunca é demais dizer: estão tentando alegar uma improbidade administrativa de uma pessoa falecida no ano de 2008. Utilizaram aeronaves de empresas diretamente interessadas no resultado da CPI — a criminalização de movimentos sociais e povos indígenas — para a realização de diligências. Uma dessas empresas, inclusive, tem o nome de Serra Grande.

Além disso, o Relator da CPI, Deputado Nilson, que é do PSDB — e eu acho que seria importante, inclusive, a Liderança do PSDB se manifestar para dizer se apoia essa proposta do Deputado Nilson —, em um dos seus projetos, quer regulamentar o trabalho escravo no Brasil.

É isso mesmo, Deputados! É uma proposta que tenta...

Não adianta o Deputado Bolsonaro fazer esse gesto com a mão, porque eu sei que S.Exa. também quer regularizar e regulamentar o trabalho escravo no Brasil. Mas nós vamos lutar contra isso. Pode depois dizer ao microfone que é a favor da regulamentação do trabalho escravo — fique à vontade —, mas nós vamos estar aqui lutando para que isso não aconteça.



O PSDB, por exemplo, é a favor do projeto do Deputado Nilson Leitão —é uma pergunta à Liderança do PSDB — que diz que o pagamento do trabalhador rural pode ser feito por qualquer meio, incluindo alimentação e moradia?

Não dá para nomear isso de outro jeito! O nome disso é trabalho escravo! E a proposta é do Deputado Nilson Leitão, que, como Relator da CPI FUNAI e INCRA, está solicitando improbidade administrativa de uma pessoa falecida no ano de 2008.

Esse é um dos motivos que faz com que a bancada do PSOL esteja obstruindo esta votação.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na votação anterior, a Deputada Margarida Salomão votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à orientação de bancadas.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

O SR. SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, o PRB.

O SR. ROBINSON ALMEIDA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Robinson Almeida votou conforme a orientação do partido.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Toda a base do Governo, Sr. Presidente, vota “sim”.



O SR. SILAS CÂMARA (PRB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, a medida provisória atende aos pressupostos...

O SR. SILAS CÂMARA (PRB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Silas Câmara votou com o PRB, Sr. Presidente, na votação anterior.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Afonso Hamm votou com o Partido Progressista.

Quero cumprimentar o Vereador Matheus, do Município de São José do Norte, que está nos acompanhando no plenário.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior, o Deputado Severino Ninho votou com o partido.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior, o Deputado Benjamin Maranhão votou com o Solidariedade.

O SR. BETO SALAME (Bloco/PP-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Beto Salame votou com o partido na votação anterior, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não precisa justificar a votação; é só votarem na próxima.

Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota a Rede? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA - O Deputado Chico Alencar vai orientar pelo PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “não” porque entende que, especificamente nessa medida provisória, recursos necessários para, inclusive, começar a tirar os nossos presídios e penitenciárias da condição de masmorras medievais, não estão sendo alocados adequadamente.

A compreensiva, até, obsessão pela segurança aqui fora faz com que se alimente internamente, dentro dos presídios, a própria criminalidade. Parece que ali se criam escolas sempre inferiores do próprio crime.

Daí o nosso voto “não”.

O SR. BEBETO - O PSB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere só 1 minutinho.

O SR. CHICO ALENCAR - Mas, concordando com o nosso Líder, Deputado Glauber Braga, nós entendemos também que o ideal seria que essa CPI da FUNAI, tão polêmica e...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Antes de passar a palavra para a Rede, eu aproveito para informar a presença dos Embaixadores do Líbano, Mauritânia, Jordânia, Egito, Marrocos, Arábia Saudita, Iraque, Liga Árabe, Tunísia e Palestina, que nos visitam na noite de hoje.



Muito obrigado pela presença. (*Palmas.*)

Como vota a Rede?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- A Deputada Maria do Rosário votou com o partido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, embora haja avaliação da admissibilidade da medida provisória pelos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, há também nessa preliminar, de certa maneira, um envolvimento de mérito.

Não adianta tentarmos dissociar as coisas. A medida provisória, do jeito como está alterada em relação ao texto da Constituição de 1988, acabou virando essa grande confusão. Antes era matéria exclusivamente do Congresso Nacional, depois as alterações introduziram esse mecanismo hoje adotado.

Portanto, vamos marcar posição contrária desde a votação da preliminar, entendendo até que formalmente os pressupostos estão cumpridos, mas o mérito está igualmente comprometido com essa preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. SÁGUAS MORAES - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores, para cumprir o acordo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho, porque o Deputado Miro tem preferência.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Faltou só dizer o “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - “Não”.

Como vota o PT?



O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT, para cumprir o acordo que está em andamento, não está 100% ainda, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em função da enorme quantidade de mortos no sistema prisional brasileiro, dessa crise E da perspectiva de um descontingenciamento dos recursos para o aprimoramento do sistema, nós vamos votar “sim”, mas ainda confiantes de que possamos continuar nesta rota de facilitação da sessão. Mas precisamos ter a certeza, porque senão vamos voltar àquele ritmo mais pausado de debate na Casa.

O PCdoB vota “sim”.

O SR. WELITON PRADO - O PMB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vai votar “sim”.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para parabenizar todos os Prefeitos e Vice-Prefeitos, Prefeitas e Vice-Prefeitas e as demais lideranças políticas de Minas Gerais.

Nós tivemos um encontro com a bancada mineira e assumimos um compromisso. Assinamos uma carta de compromisso com a pauta de reivindicação dos Prefeitos.

Deixei bem claro aos Prefeitos o nosso posicionamento. Da mesma maneira que nós assumimos compromisso com eles, com a pauta municipalista, nós temos o



compromisso com a população de votar contra a reforma da Previdência ou contra qualquer projeto que retire direitos dos trabalhadores.

Esse é o posicionamento do PMB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, na direção dos entendimentos que estão acontecendo, vai orientar pela constitucionalidade. Portanto, vai votar "sim" a essa matéria.

Porém, estamos atentos a um outro tema que está sendo apreciado aqui, pela CPI FUNAI e INCRA. É uma estupidez o que está sendo feito ali! É um descalabro! É uma tentativa de criminalizar gente do bem, gente que fez o bem para este País.

Nós estamos atentos porque o diálogo, a posteriori, vai fluir se a estupidez for arquivada, mas não fluirá se tentarem continuar com a marcha dos insensatos nessa CPI FUNAI e INCRA. Por isso nós estamos aqui atentos.

Neste momento, pelo entendimento, orientamos o voto "sim".



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 123.3.55.O

Data: 17/05/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que forem a favor do atendimento dos pressupostos constitucionais permaneçam como se acham.

(Pausa.)

APROVADO.



A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Carmen Zanotto não conseguiu votar na votação anterior. Votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tem problema, é só votar na próxima.

A SRA. CARMEN ZANOTTO - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quem não votou, vota na próxima, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2017, adotado pela Comissão Mista à Medida Provisória de nº 755, de 2016, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
“Sim”, pela base do Governo, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, o PP vota “sim” e pede a V.Exa. que coloque “sim” para todos os
partidos da base.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “sim”.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o Democratas vai retirar o Destaque nº 12, tendo em vista o acordo
feito com o Governo. E nós vamos apoiar o destaque do Solidariedade, que, na
verdade, trata do mesmo assunto. Por isso, o Democratas vota “sim” e faz a retirada
do destaque.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PSOL está em obstrução.

E faço um alerta! Estou lendo em vários órgãos de imprensa respeitáveis que os donos da JBS, a começar pelo Sr. Joesley, fizeram uma delação junto ao Ministro Fachin, com gravações inclusive do Presidente Temer vinculadas a Eduardo Cunha e silêncio dele na prisão. É algo que, a se confirmar, será uma verdadeira bomba atômica.

Neste País, nós achamos que já chegamos ao fundo do poço. Mas não, vem sempre mais em função de uma casta política muito corrompida e degenerada.

Vamos aguardar amanhã. Mas essas delações, pelo que leio, estão estribadas em gravações do Presidente Michel Temer dizendo “*toque isso; mantenha isso*”, suborno...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
Deputado Julio Lopes votou com o partido na última votação.

O SR. GLAUBER BRAGA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. GLAUBER BRAGA - Presidente, peço a palavra pela Liderança do
PSOL.

O SR. FRANCISCO FLORIANO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - O Deputado Francisco Floriano votou com o partido na última votação.

O SR. FRANKLIN (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, na última votação, o Deputado Franklin votou com o partido.



O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Chico d'Angelo, na última votação, votou com o partido.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota "sim".

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores, cumprindo o acordo que está em curso, vota "sim". Porém, gostaríamos de ressaltar os destaques, inclusive o destaque do Partido dos Trabalhadores na questão de os militares da reserva até 5 anos assumirem atividades da Força Nacional.

Então, nós vamos votar "sim", cumprindo o acordo que está em curso, que esperamos possa valer, porque temos um *kit* obstrução na próxima medida provisória.

Nós estamos cumprindo o acordo e votamos "sim", ressaltados os destaques, inclusive um destaque do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. MARINHA RAUPP (PMDB-RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Marinha Raupp, na votação anterior, votou com o partido.

A SRA. LUZIA FERREIRA (PPS-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Luzia Ferreira votou com o partido na votação anterior.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Eduardo Bolsonaro votou com o partido.



O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, eu peço a palavra pela Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputados, Deputadas e todos que assistem à sessão da Câmara dos Deputados neste momento, acaba de sair uma revelação sobre a qual nós esperamos que o Líder do Governo ilegítimo e breve faça imediatamente uma declaração na tribuna.

Há notícia de uma gravação em que Michel Temer dá orientações para manter Eduardo Cunha calado na unidade prisional em que o ex-Presidente da Câmara dos Deputados se encontra.

Eu vou fazer aqui a leitura da notícia que acaba de ser divulgada:

“Nela, o presidente Michel Temer foi gravado em um diálogo embaraçoso. Diante de Joesley, Temer indicou o Deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), para resolver um assunto da J&F (holding que controla a JBS). Posteriormente, Rocha Loures foi filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil enviados por Joesley. Temer também ouviu do empresário que estava dando a Eduardo Cunha e ao operador Lúcio Funaro uma mesada na prisão para ficarem calados. Diante da informação, Temer o incentivou: Tem que manter isso, viu?”



Deputados e Deputadas, num Estado Democrático de Direito, todos têm direito à ampla defesa e ao contraditório. Mas se for comprovado o que está aqui colocado, ficará mais do que demonstrado que esse Governo não tem legitimidade para continuar à frente do Brasil. E não existirá mais alternativa a não ser a saída imediata de Temer e dos seus Ministros, para que a soberania popular seja devolvida ao povo com novas eleições.

Fora, Temer! Eleições diretas, já! (*Manifestação no plenário: Fora, Temer!
Fora, Temer! Fora, Temer!*)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? (*Manifestação no plenário: Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer!*)

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Delegado Francischini votou com o partido.

O SR. PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, isso aí é caso de renúncia. É um escândalo!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Rubens Pereira Júnior, para uma questão de ordem, por favor.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Regimento Interno, no art. 71, prevê os casos em que a sessão pode ser levantada. Dentre eles, no inciso I, há o caso de tumulto grave.

Tumulto grave não é apenas briga de Parlamentar aqui. O que está acontecendo é a queda da República! E essa condição não permite que a sessão prossiga como se nada tivesse acontecido. Há a quebra da normalidade no País, e a sessão não deve prosperar. Tumulto grave é o que está acontecendo hoje, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário.)

O SR. LAERTE BESSA - Cadeia para o Lula!

O SR. PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, é muito grave o que está acontecendo!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - No microfone, não, Deputado.

Em votação...

O SR. SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, e a orientação do PDT?



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quem for a favor permaneça...
Então, pode falar pela Minoria.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o voto é “sim”, do PHS.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA - O PDT ainda não orientou.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, a Oposição não orientou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Então, oriente. O Deputado Paulo Pimenta não está orientando ainda.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero inicialmente dizer da gravidade da denúncia feita pelo Presidente da JBS, dizendo que o Presidente Temer orientou a compra do silêncio de Eduardo Cunha. Isso é motivo de *impeachment*, de impedimento, de afastamento do Presidente da República!

V.Exa. deve instalar o processo de *impeachment* do Presidente da República, Michel Temer, e afastá-lo da Presidência da República. Isso é flagrante.

Sr. Presidente, neste momento temos que afastar o Presidente da República em função da grave denúncia feita pelo Presidente da JBS.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, quero pedir a palavra como Líder.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Quero pedir a palavra como Líder da Oposição, Sr. Presidente! Tempo de Liderança como Líder da Oposição!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - V.Exa. tem que afastar o Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está inscrito.

Em votação...



O SR. HENRIQUE FONTANA - Tempo de Liderança, como Líder da Oposição!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Deputada Alice Portugal pediu na frente.

O SR. LAERTE BESSA - Orientação do PR!

O SR. PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, questão de ordem!

O SR. HENRIQUE FONTANA - Tempo de Liderança, como Líder da Oposição!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Depois.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Tempo de Liderança, como Líder da Oposição!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Alessandro Molon, para orientar.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede entra em obstrução!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - "Obstrução".

Em votação...

O SR. LAERTE BESSA - Cadeia no Lula!

O SR. SUBTENENTE GONZAGA - E a orientação do PDT, Sr. Presidente? E a orientação do PDT?

(Tumulto no plenário.)

O SR. HENRIQUE FONTANA - Tempo de Liderança, como líder da Oposição!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não está autorizado, Deputado! Não está autorizado!

Em votação...

O SR. SUBTENENTE GONZAGA - E a orientação do PDT, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar “sim” nessa medida provisória, porque em relação ao FUNPEN, esse projeto de conversão corrigiu a distorção do projeto original, mas quer deixar claro que vai destacar essa grande distorção em relação aos militares temporários, seja na polícia nacional seja nas polícias militares. O PDT vota “sim”, mas vai manter os seus destaques.

O SR. PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PT muda para “obstrução”!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT muda para “obstrução”.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, PHS vota “sim”.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PT entra em obstrução!



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 123.3.55.O
Data: 17/05/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

Está aprovada a Medida Provisória nº 755, de 2016, na forma do projeto de lei de conversão, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, como Líder, pelo PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos diante de dois flagrantes que fazem do Brasil um país que clama pelo fim desse Governo! (*Manifestação no plenário: Fora, Temer! Fora, Temer!.*)

Fora, Temer!

Foram dois flagrantes absurdos! Flagrantes em que o Sr. Michel Temer, que não merece a alcunha de Presidente, autoriza a compra do silêncio de Eduardo Cunha e nomeia um Deputado para articular-se com a empresa em questão para fazer o negócio.

Por isso, esta Casa não tem condições de funcionar. Esta Casa não tem como votar medidas provisórias editadas por um Governo ilegítimo, que não tem a chancela popular e, acima de tudo, está desmontado e desmoralizado, através de toda a mídia, inclusive a que apoiou o *impeachment* da Presidente Dilma.

Sr. Presidente, o mínimo que V.Exa. pode fazer para garantir que possamos nos assenhorar dos acontecimentos do Brasil é suspender imediatamente esta sessão, porque não há condições de se votarem medidas provisórias editadas pelo Governo do Sr. Michel Temer. Isso é algo que chama a atenção do mundo!

Nós precisamos ter responsabilidade e serenidade política para tomarmos a decisão certa, no momento em que a história nos convoca para fazer do Brasil novamente um País democrático, que convoque eleições diretas e ouça seu povo sobre o que lhes interessa para o destino desta Nação.

Por isso, fazemos este apelo para suspender a sessão.

Vamos tratar de solucionar o processo democrático em nosso País!

Fora, Temer!



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso partido, o Partido da República (PR), realizou no último sábado seu Encontro Estadual, reunindo filiados de todo o Amazonas. Foi um grande evento, com auditório cheio e plenárias produtivas. Um sucesso! Lotamos o auditório da Assembleia Legislativa do Amazonas.

Estamos vivendo um momento político delicado, com problemas sérios na saúde, segurança, trânsito, educação e em tantas outras áreas que merecem mais atenção. Como se não bastasse a crise econômica, ainda vivemos uma crise política, com um Governo Estadual interino e novas eleições convocadas para setembro.

A Capital Manaus está vivenciando problemas imensos, e o interior está sufocado com a falta de investimentos. A crise econômica castiga com mais perversidade as cidades menos estruturadas.

Temos uma eleição estadual marcada para o dia 6 de agosto, o que exige união de forças, aliança plural e junção de experiência e renovação. O PR está preparado para dar sua contribuição. Debateremos isso. Vamos participar do processo de forma efetiva. No entanto, o momento exige paciência, cautela e prudência. Vamos discutir até o último dia que antecede à convenção, em busca de uma chapa não só para concorrer, mas para vencer e realizar um grande e competente Governo, que faça história na política amazonense.

O PR vem se reestruturando e se renovando para ganhar cada vez mais



espaço e contribuir para um País melhor, sempre colocando em prática os ideais republicanos: o desenvolvimento econômico e social, a justiça, a democracia, a igualdade, a liberdade, a ética e a dignidade das pessoas.

Planejamos o biênio 2017/2018, e nosso partido tem grandes desafios a enfrentar para assumir o papel de protagonista no Amazonas. Temos quadros, densidade eleitoral, um partido forte, militância e, acima de tudo, garra e vontade. Estamos crescendo a cada pleito, justamente por estarmos em sintonia com a mudança exigida pela população e em constante diálogo com outras forças políticas que podem nos fortalecer num eventual embate eleitoral.

Era isso que tinha a dizer!



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que haverá Sessão Não Deliberativa Solene, quinta-feira, dia 18 de maio, às 10 horas, em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 123.3.55.O
Data: 17/05/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 123.3.55.O
Data: 17/05/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para amanhã, quinta-feira, dia 18 de maio, às 14 horas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 123.3.55.O

Data: 17/05/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 54 minutos.)